

Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas

Ângela Sacchi¹

Resumo

As mulheres indígenas, a partir da década de 1990, começam a criar suas próprias organizações ou departamentos de mulheres dentro de organizações indígenas já estabelecidas na Amazônia Brasileira. Ao lado disso, encontros de mulheres de diferentes etnias têm acontecido nos âmbitos nacional e internacional. O que elas buscam no momento atual é a reivindicação de direitos próprios de seu gênero e o fortalecimento de antigas lutas de seus povos, o que faz com que negociem com diferentes atores no contexto inter-étnico. Este texto traz uma reflexão sobre como a prática política realizada pelas organizações de mulheres indígenas complexifica a configuração das identidades étnica e de gênero no momento atual do movimento indígena.

Palavras-chave: gênero, mulheres indígenas, organização política, etnicidade.

¹ Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: acsacchi@yahoo.com.br ou acsacchi@ibest.com.br

Abstract

From the 1990s on, indigenous women begun to create their own organizations or women's sections within already established indigenous organizations in Brazil's Amazon region. Accompanying this trend, meetings of women from different indigenous peoples happened both in national and international stances. Nowadays, they put forward gender right claims as well as strengthening of older demands of their respective peoples, which negotiate with different actors in the interethnic context. This article aims to discuss the political practice of indigenous women's organizations, and the complexity, produced by such practice, of the configuration of ethnic and gender identities in the context of contemporary indigenous politics.

Key words: gender, indigenous women, political organization, ethnicity.

O processo organizativo das mulheres indígenas na Amazônia brasileira

Dentre a diversidade de formas organizativas dos povos indígenas em diferentes regiões do Brasil – de professores, mulheres, estudantes, de uma ou várias comunidades locais - mais de 20 são de mulheres². É na Amazônia brasileira que estão situadas a maior parte das organizações femininas e apenas duas surgiram na década de 1980, caso da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e Associação das Mulheres Indígenas de Taracará, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT), todas as demais foram fundadas a partir de 1990. Além dessas, outras organizações de mulheres passam a assumir um papel mais significativo no movimento indígena: a Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM), a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR) e os Departamentos de Mulheres da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (DMIRN/

² Veja o anexo com a lista de organizações de mulheres indígenas. É importante lembrar a presença de mulheres nas diversas organizações indígenas e a existência de outros espaços de reuniões femininas.

FOIRN) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (DMIAB/COIAB), entre outras.

O movimento das indígenas em Roraima é muito anterior à constituição da organização propriamente dita. Desde 1986 as mulheres se reúnem para atividades de corte e costura na Missão Surumu, projeto que contou com apoio da Igreja Católica. Em 1996, na Assembléia Geral dos Tuxauas, em Bismarck, é reivindicado um espaço próprio para as mulheres. No mesmo ano acontece o I Encontro Estadual das Mulheres Indígenas, em Maturuca/TI Raposa Serra do Sol, no qual as indígenas assumem os seguintes compromissos: o combate ao alcoolismo, a luta pela terra e autosustentabilidade, a revitalização da cultura e continuação do projeto de corte e costura.

Em 1999 é oficializada a OMIR, e no ano de 2000, com apoio da Agência Norueguesa para Cooperação Internacional (NORAD), é construída uma sala dentro da sede do Conselho Indígena de Roraima (CIR). As indígenas associadas, conforme seu estatuto, são das etnias Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingaricó e Yekuana, sendo que as Yanomami participaram das duas últimas reuniões.³ A estrutura da organização conta com Assembléia, Coordenação Ampliada, Coordenação Regional e Conselho Fiscal. A Coordenação Geral (coordenadora estadual, vice-coordenadora, secretária e tesoureira) tem um mandato de três anos, e nas regiões de representação há uma coordenadora e sua vice.⁴

A constituição das organizações com sede em Manaus, AMARN e AMISM, está relacionada com o fenômeno migratório a partir das décadas de 1970 e 1980, embora com diferenças visíveis entre as duas. As associadas da AMARN, segundo Cavalcante (1997) e Melo (1997), tiveram como uma de suas experiências o internato⁵. O estatuto da AMARN coloca que podem ser sócias somente as indígenas

³ Outras etnias do Estado (Wai Wai, Patamona, Saporá, Waimiri-Atroari) não têm participado das atividades da organização, embora a atual coordenação tenha planejado a viabilização de visitas à estas comunidades, já iniciada entre as Wai Wai.

⁴ Para facilitar seu trabalho, a OMIR, como o CIR, dividiu sua área de atuação por regiões assim subdivididas: Amajari, Baixo Cotingo, Raposa, São Marcos, Serra da Lua, Serras, Surumu, Taiano.

⁵ As autoras enfatizam as contradições desta experiência. Melo (1997: 10) ao chamar atenção às “doutrinas impostas nos internatos: trabalho doméstico e civilidade, estudar para aprender a falar [o português] [...] espaço que explora e pouco contribui para a afirmação e reconhecimento da identidade étnica”, e Cavalcante (1997:8-14) destaca o papel ativo das indígenas no contato com a sociedade envolvente, correlacionando a vivência no internato ao estímulo do artesanato e da prática da língua Tukano, principais sinais diacríticos da cultura do Alto Rio Negro.

que moram na cidade⁶. Este fator, contudo, não exclui a participação das mulheres que residem nas comunidades, pois é justamente através de uma rede de “trocas” e constante interação com as comunidades do Alto Rio Negro - na confecção de artesanato vendido na associação, nas diversas informações (sobre saúde, conflitos, educação, política, etc.) trocadas entre Alto Rio Negro e Manaus, nos laços de parentesco, nas idas e vindas à cidade, etc. – que há o fortalecimento e ressignificação das identidades étnicas produzidas no contexto urbano.

Ao contrário das associadas da AMISM, a migração Sateré-Mawé foi realizada por famílias, fazendo com que as mulheres obtivessem emprego principalmente como domésticas, mas também buscando alternativas à sobrevivência no espaço da cidade. O processo migratório por famílias Sateré-Mawé explica a maior participação masculina nas diversas atividades e reuniões da associação, mesmo que sem direito a voto⁷. Uma diferença entre a AMISM e outras organizações é o fato de que após a sua institucionalização em 1995 (e mesmo anteriormente) a coordenadora é a mesma.

Os Departamentos de Mulheres Indígenas da COIAB e da FOIRN foram ambos criados em 2002. O DMIAB/COIAB, com representação nos nove estados da Amazônia brasileira, foi formalizado no I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, evento ocorrido em Manaus, com participação de 70 lideranças (de 20 organizações e 30 povos indígenas). Seu objetivo geral é o de promover a participação das mulheres indígenas nas diversas instâncias assim como assegurar seus direitos, e também contribuir para o avanço do movimento indígena.

⁶ A organização conta com associadas de diversos grupos étnicos do Rio Negro: Arapasso, Baniwa, Bará, Barasana, Baré, Dessano, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Maku, Makuna, Miriti Tapuia, Piratapuia, Siriano, Tariano, Tukano, Tuyuka, Wanano e Warekena, das famílias lingüísticas Arawak, Tukano e Maku, sendo a língua Tukano falada e entendida pelas mulheres.

⁷ Embora esta participação masculina (em maior ou menor grau) nas ações da associação não é exclusiva da AMISM e pode ser observada de diferentes modos nas atividades e encontros de mulheres de outras etnias. A presença masculina é mesmo exigida, por exemplo, nas reuniões da OMIR, para que haja maior conhecimento e visibilidade de seu trabalho. Isto se refere às concepções do masculino e do feminino dos povos indígenas que, embora tenham suas especificidades de uma etnia à outra, norteiam grande parte das reivindicações das mulheres, ponto discutido adiante.

A constituição do DMIRN/FOIRN aconteceu no I Encontro de Mulheres Indígenas do Rio Negro⁸. Para a coordenadora eleita, era importante que “tivesse uma mulher que pudesse representar as indígenas, para reivindicar, lutar, fazer alguma atividade, acompanhar na parte documental e para falar com os diretores porque a maioria delas, como moram nas comunidades, tem dificuldade em falar o português” e contribuiu para sua escolha o fato de que “só não podia ser alguém que fosse lá das bases, porque teria que ter uma casa para morar, ter ajuda de custo”.⁹ Desde então, o departamento tem uma sede dentro da FOIRN, no município de São Gabriel da Cachoeira/AM.

Esse processo organizacional, portanto, é dinâmico e tem sido resultado dos impactos promovidos pela ação do Estado e das sociedades não indígenas, além das condições individuais e sociais das próprias indígenas. Assim, há níveis distintos de participação política influenciados pelas características das organizações, pela situação de gênero (casadas, solteiras, com ou sem filhos), elementos de sua trajetória de vida, a vivência na cidade, a distância da sede da organização e de uma comunidade a outra para participar das reuniões, o interesse em participar, etc.

As associadas são, além das líderes em suas “bases”, as que têm experiência e/ou estudo fora de suas comunidades, são bilíngües (no caso das indígenas do Rio Negro, elas podem falar três ou mais línguas) ou mesmo não falam a língua de seu povo de origem¹⁰, o que lhes garante uma singularidade em relação aos representantes tradicionais e demais indígenas de suas comunidades, assim como uma compreensão da sociedade nacional útil à mobilização indígena em defesa de seus direitos.¹¹

⁸ O evento teve apoio da FOIRN e do Instituto Socioambiental (ISA) e contou com a presença de 52 mulheres indígenas dos Distritos de Iaraueté, Pari Cachoeira, Içana, Barcelos, Santa Izabel.

⁹ As falas das lideranças femininas ao longo do texto ficarão entre aspas, sem a utilização de seus nomes.

¹⁰ Perfil também encontrado entre os líderes homens do movimento indígena brasileiro, entrevistados por Matos. A autora descreve que suas trajetórias de vida comportam a experiência no mundo dos *brancos* – através do estudo em escolas nas áreas indígenas, residência na cidade em busca de melhores condições de vida (escola, saúde e trabalho melhor remuneração) e o aprendizado da língua portuguesa através do contato com missionários, evangélicos ou católicos (Matos 1997:179).

¹¹ Schröder (1998:15) aponta como um dos problemas essenciais das organizações políticas modernas a questão da legitimidade de representação dos novos atores, pois se o que os legitimam são seus conhecimentos sobre a sociedade nacional, suas instituições e contatos com

As organizações apresentam características distintas – congregando mulheres de diversos povos de uma mesma região (DMIRN/FOIRN) ou estado (OMIR), de caráter pluriétnico abarcando diversos estados (DMIAB/COIAB), residentes no espaço urbano de uma mesma etnia (AMISM) ou de diferentes povos (AMARN) – que influem no tipo de abrangência de suas ações e nos objetivos propostos, como detectam dificuldades diversas na concretização de seus projetos. E possuem modelos formalizados que comportam diretorias eleitas, estatutos registrados e contas bancárias próprias, ainda que nem todas se encontrem neste processo de organização formal.

E o procedimento de formação das associações e departamentos é viabilizado principalmente pelo apoio de instâncias não governamentais da sociedade internacional. Apesar dessa formalização e do apoio recebido, os modelos organizativos indígenas são adaptados às suas realidades, devido à própria capacidade indígena em forjar alianças com determinados setores da sociedade envolvente.

Encontros de Mulheres Indígenas: representação e visibilidade

As mulheres indígenas têm participado, cada vez mais, dos encontros, oficinas e conferências nacionais e internacionais promovidos pelas organizações indígenas, instâncias estatais e não governamentais. Estes novos espaços de discussão articulam mulheres de diferentes etnias – as coordenadoras de organizações ou departamentos de mulheres indígenas, e é expressivo o número de professoras e mulheres que atuam na área da saúde – o que propicia o fortalecimento de suas organizações e a troca de experiências, assim como ocorre uma gradativa capacitação para o exercício na esfera pública. Nestes eventos são discutidos os principais problemas que afetam as lideranças indígenas em suas comunidades, no campo político indígena e na relação com diversos segmentos da sociedade civil.

O II Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, ocorrido em Manaus em 2003, explicita as especificidades de suas lutas: o combate à violência, estupro e prostituição; a revalorização da identidade étnica; a maior articulação e participação política das mulheres, através do apoio dos homens indígenas (direto-

organizações de apoio, “às vezes, estes contatos representam a base mais importante para garantir a aceitação dos novos atores pelas comunidades locais, mas também criam novas dependências das organizações de apoio”.

res das organizações, lideranças tradicionais e esposos) e dos órgãos indigenistas; a busca de treinamento e capacitação para exercerem suas atividades e recursos financeiros que possibilitem levar adiante seus projetos.

A “Oficina de Capacitação e Discussão sobre Direitos Humanos, Gênero e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas”, organizada pela FUNAI¹² em Brasília, no ano de 2002, reuniu mulheres indígenas de todo o país¹³ que explicitaram as seguintes estratégias em prol de um maior fortalecimento às lideranças femininas: a reserva de vagas em todos os Conselhos e no cargo de administrador regional da FUNAI, a realização de oficinas para capacitação e a consolidação de novos espaços para negociar seus interesses – assembléias comunitárias e intercomunitárias de mulheres, um Comitê de Articulação para convocação de um Fórum de Mulheres Indígenas e uma campanha de revitalização de associações femininas nas aldeias (conselhos de anciãs e grupos de discussão para realização de tarefas conjuntas).

Em ambos os eventos, as demandas reivindicadas pelas mulheres indígenas demonstram que elas têm unido suas vozes ao movimento indígena nacional, por um lado, mas também desenvolvendo um discurso e uma prática política a partir de uma perspectiva de gênero. Explicitam igualmente um conjunto de restrições ao processo organizativo: as dificuldades em participar de processos de decisão e dos encontros, que são advindas da resistência das próprias comunidades, das lideranças masculinas, do Estado e da sociedade não indígena, e também da falta de recursos, capacitação e experiência organizativa.

As propostas das mulheres evocam um desafio ao movimento indígena e aos organismos estatais e não governamentais devido às suas especificidades étnicas e de gênero, e são os compromissos e alianças entre indígenas e não indígenas que estabelecem um processo político complexo de autonomia das mulheres indígenas.

¹² A FUNAI contou com apoio da Agência Alemã de Cooperação Técnica (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit/ GTZ) e da Cooperação do Reino Unido (Department for International Development/ DFID) – no âmbito do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) e dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) –, e também da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM) e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

¹³ O evento contou com a presença de 40 lideranças femininas representantes de 24 povos indígenas: Arapasso, Bakairi, Bare, Guajajara, Guarani, Javaé, Kaingang, Kaxuyana, Krikati, Kura-Bakairi, Macuxi, Mura, Pataxó Hã-hã-hã, Piratapuia, Potiguara, Sateré Mawé, Terena, Tikuna, Tukano, Tupinambá, Xavante, Xucuru-Kariri, Yawanawa, Wapichana.

O exame do contato entre povos indígenas e sociedade nacional permite refletir sobre a convivência, nem sempre pacífica, entre os modelos tradicionais de gênero e a reestruturação de novos papéis para homens e mulheres. Dentre as conseqüências do contato interétnico, verifica-se os relacionamentos sexuais das mulheres indígenas com homens *brancos* – na sua ida às cidades e nos lugares em que há a presença militar, do Estado e de trabalho ilegal em terras indígenas - que repercutem, muitas vezes, na ocorrência da violência sexual e/ou abandono da mãe com o filho.

Igualmente, houve alterações na divisão do trabalho que têm sido resultadas da ida de homens e mulheres aos centros urbanos, da importância atribuída agora ao trabalho assalariado e do exercício de atividades como professores e agentes de saúde indígena, que exigem qualificação e apenas uma minoria é capaz de exercê-las. E, recentemente, a experiência política tem exigido que homens e mulheres indígenas residam nas cidades, e as novas posições assumidas na coordenação das organizações têm por vezes entrado em conflito com os papéis tradicionais de gênero, bem como sinalizado a ausência de políticas públicas voltadas às populações indígenas em contextos urbanos.

A garantia de seus territórios tradicionais, porque deles dependem a sobrevivência de seus povos, e o direito à saúde e educação diferenciadas, são constantemente explicitados em seus discursos, pois “o movimento de mulheres é para fortalecer o movimento em geral, a política dos povos indígenas é única”. Ao mesmo tempo, acrescentam às reivindicações indígenas gerais, as que dizem respeito às relações de gênero como, por exemplo, a violência contra a mulher. Conforme depoimento de uma indígena de Roraima, “tem muitas coisas que nós já perdemos por causa dos invasores de nossas terras, e nós mulheres tomamos uma decisão, que o que estava nos destruindo era o alcoolismo [...] a nossa organização cresce na luta pela vida, na autosustentabilidade, no combate ao alcoolismo nas comunidades indígenas e contra a violência familiar”.

Ao reforçarem a luta pelas necessidades de seus povos, portanto, percebem que “tem coisas específicas da mulher, a violência, o estupro, a bebida, o abandono, a separação de casais, que não é o movimento maior que vai discutir”. Juntamente com a introdução de novas temáticas, pedem participação efetiva nas tomadas de decisão e na ocupação de cargos em diversas áreas (saúde, educação, política, etc.), principalmente “para que os homens nos valorizem, nos respeitem, vejam que nós também sabemos trabalhar”. E a capacitação é procurada através

do assessoramento das entidades com as quais se relacionam a partir do movimento organizativo.

A presença das mulheres indígenas na arena política, portanto, tem complexificado a configuração de identidades étnicas e de gênero no contexto atual do movimento indígena. Neste processo, reestruturam as estratégias de representação política e almejam o diálogo com os diversos segmentos (obtendo conhecimento do mundo não indígena) para, deste modo, viabilizarem suas demandas num campo de interesses e universos simbólicos distintos.

Mulheres indígenas e agentes não indígenas: a busca do diálogo

A partir da consolidação de suas organizações, as mulheres indígenas começam a se deparar com diferentes atores sociais – outras organizações indígenas, organismos estatais e não governamentais, agências financiadoras do Brasil e do exterior, missões religiosas e igrejas, empresas, universidades e centros de pesquisa, etc. – com os quais mantém “parcerias” de trabalho e “alianças”. A busca de diálogo entre as partes envolvidas, no entanto, nem sempre é realizada sem dificuldades. Isto se deve pela interação complexa entre mulheres indígenas, que agora se defrontam com projetos que propiciam suporte financeiro às suas organizações e também introduzem temas gerados em outros contextos, e instâncias não indígenas que até então tratavam de questões envolvendo os povos indígenas em geral e/ou as mulheres não indígenas.

É importante chamar atenção às categorias e conceitos utilizados no campo discursivo das ONGs e agências de cooperação – ênfase no *empowerment*¹⁴ e equidade de gênero, maior “participação” e “parceria” das mulheres nos projetos de desenvolvimento com perspectiva de gênero¹⁵, para citar alguns deles – que são

¹⁴ O enfoque no empoderamento é desenvolvido pela perspectiva feminista, entre outras por Moser (1991:104-105) e busca uma transformação na situação das mulheres, questionando os papéis tradicionais atribuídos à elas e enfatizando a subordinação experimentada pelas mulheres segundo sua classe, raça, etnia, história e posição nas relações sociais nacionais e internacionais. Ao discutir a relação entre poder e desenvolvimento, advoga um aumento de poder para as mulheres, que se identifica em termos da capacidade da mulher em aumentar sua auto-confiança e buscar o controle sobre recursos materiais e não materiais fundamentais.

¹⁵ No caso das agências de cooperação, foi a partir da década de 1980 que se passa da preocupação com a “mulher” para o enfoque de “gênero” e desenvolvimento. A perspectiva de

transpostos (“traduzidos”) de um campo estritamente feminista e ocidental para outras realidades que não as mesmas em que foram criados.

Para Simião (2002), o conceito de gênero, de origem acadêmica, foi ressignificado e traduzido em diferentes formas de ação, e passa a ter um caráter transversal e de presença obrigatória, condicionante mesmo de financiamento de projetos comprometidos com a cidadania e o desenvolvimento, articulando atores até então distanciados. O gênero instrumental como utilizado pelas ONGs, afirma o autor, é utilizado em diferentes níveis de elaboração conceitual e com diversas finalidades, mas limitado a um campo mais geral, em que a realidade existe para ser transformada (e não desconstruída).

Ainda que haja uma aliança política de mulheres indígenas com o movimento de mulheres/feminista em alguns países, e recentemente as indígenas do Brasil têm começado a participar destes fóruns de discussão¹⁶, e mesmo que o feminismo tenha incorporado às suas definições de gênero a diversidade dos contextos em que estas se constroem, este reconhecimento não levou à formação de uma agenda feminista que desse conta das necessidades específicas das mulheres indígenas. A violência contra a mulher e o reconhecimento dos direitos reprodutivos, por exemplo, são demandas compartilhadas pelos dois movimentos, mas a experiência cotidiana vivida nas comunidades indígenas (e mesmo no espaço urbano) difere e muito da realidade das mulheres não indígenas.

Conforme o caso mexicano descrito por Castillo (2002), mas que também se ajusta a outros contextos interétnicos, entre os dois movimentos ainda não há um diálogo fértil, talvez pelo fato de que, além de demandas específicas do gênero, deve-se levar em consideração que estas devem ser complementadas por demandas econômicas e culturais, produto da experiência que tem configurado as identidades indígenas. Por outro lado, Meentzen (2001) chama a atenção para o fato de que, embora o “feminismo ocidental” seja alheio à situação das mulheres indígenas, ao mesmo tempo as indígenas, ao participarem de encontros de mulheres, compartilham algumas das inquietudes do feminismo.

As políticas públicas e os projetos de desenvolvimento voltados aos povos indígenas também devem ser mais sensíveis às questões das mulheres indígenas. E

“mulher e desenvolvimento” imperou até 1985, ocasião da *II Conferência Mundial* para comemorar o Decênio da Mulher, em Nairóbi.

¹⁶ Atualmente há uma representante indígena no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

atentar para o fato de que, os projetos, ao distribuírem papéis e responsabilidades, introduzem novos modelos nos relacionamentos entre homens e mulheres e, mesmo que haja um benefício advindo dos fatores da “modernização”, são os povos indígenas quem devem decidir quais aspectos devem ou não ser preservados de acordo com sua organização social. Na formulação de políticas aos povos indígenas, portanto, além de se levar em consideração a estrutura tradicional na qual há modelos específicos de relacionamento entre os gêneros, é importante se focalizar as situações específicas de contato entre sociedades etnicamente diferenciadas.

A mediação institucional das ONGs e agências de cooperação têm necessidade de ser problematizada, principalmente a partir do ponto de vista dos/as indígenas e das implicações concretas das políticas de desenvolvimento nos aspectos que se relacionam com a problemática de gênero. O exemplo dos esforços de uma política de desenvolvimento realizada tanto pelo Estado como pelas ONGs com as indígenas da Bolívia, analisado por Cusicansqui (s.d.:23), explicita que as mesmas ficam excluídas destas negociações, pelo fato da mediação política com as diversas instâncias ser feita pelos homens indígenas, cabendo às mulheres um espaço muito limitado de participação nas decisões e no acesso aos recursos.

Ao lado desse questionamento, deve-se levar em consideração que há uma preocupação dos organismos internacionais com as especificidades étnicas dos estados nacionais e estas vêm se afirmando cada vez mais amplamente nos fóruns internacionais. As conferências promovidas pelas Nações Unidas, ao contrário das ONGs em que o debate sobre gênero está mais avançado, têm uma história mais longa com a “raça” e a luta dos povos indígenas nessas conferências é contra os usos do racismo e discriminação¹⁷. No que se refere às mulheres indígenas, foi na Conferência de Beijing¹⁸ que se deu curso à Plataforma de Ação para as Mulheres Indígenas.

¹⁷ Assim, houve a I Conferência Internacional sobre Discriminação contra Povos Indígenas, em Genebra em 1977, a criação do Grupo de Trabalho sobre Povos Indígenas em 1982, a declaração pela ONU em 1993 do Ano Internacional dos Povos Indígenas no Mundo, e a promulgação da década de 1995-2004 como a Década Internacional dos Povos Indígenas no Mundo, com a subsequente criação do Fórum Permanente para Povos Indígenas. Foi nos preparativos e na *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*, em Durban no ano de 2001, que se efetivou um maior crescimento das organizações indígenas internacionais.

¹⁸ *Conferência Mundial da Mulher*, realizada de 30 de agosto a 8 de setembro de 1995.

A incorporação da perspectiva de gênero (*gender mainstreaming*) nas conferências de Viena e Beijing confere um avanço conceitual ao expandir os direitos humanos às mulheres. Assim, a Declaração Universal incorpora a análise de gênero em suas práticas e reforça a não discriminação com base na “raça” e demonstra, conforme Crenshaw (2002), a necessidade de integrar raça e outras diferenças ao trabalho com enfoque de gênero das instituições de direitos humanos.

Embora esses avanços sejam significativos, como lembra Bartolomé (1996), nos países em que existem organizações com pretensões pan-regionais, a maior parte das populações indígenas desconhece ou não está inserida no contexto em que se efetivam essas discussões. E mesmo que não se disponha de uma legislação adequada à proteção dos direitos indígenas, que esses direitos tenham sido incorporados apenas recentemente e com definições ambíguas e que a declaração dos direitos humanos ainda não comporte efetivamente as diferenciações de gênero e étnica, as Nações Unidas e outros órgãos internacionais tem avançado na elaboração dos mesmos nos últimos anos.

Igualmente a multiplicação de congressos e reuniões e a maior abertura proporcionada aos indígenas em fóruns nacionais e internacionais dá maior visibilidade aos problemas dos povos indígenas a nível mundial. Deste modo, há um papel estratégico desempenhado pelos organismos internacionais na promoção de uma maior participação política de homens e mulheres indígenas nos âmbitos nacional e global.

Reflexões sobre gênero e etnicidade

Os dados aqui expostos, mesmo que de forma embrionária, pois fazem parte de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento, permitiram apontar pontos de discussão acerca das novas formas de representação política realizada pelas mulheres indígenas, através da criação de suas próprias organizações ou departamentos dentro de organizações indígenas.

A entrada das mulheres indígenas na arena política em prol de maior autonomia, embora comporte avanços significativos, é um processo complexo, que se deve pelo tipo de apoio e alianças que tem estabelecido, bem como pelas demandas almejadas, que comportam similitudes e diferenças tanto com o movi-

mento indígena como com o movimento de mulheres não indígenas. Assim, ao participar mais ativamente de um campo até então masculino, como é o da política indígena, precisam reelaborar continuamente sua própria inserção de gênero e negociar com diferentes atores do contexto interétnico.

Os mais variados projetos que atualmente têm como estratégia de ação a promoção e participação das mulheres indígenas em organizações etnopolíticas, assim como permitem a realização de oficinas e encontros para a formulação de políticas públicas, têm estimulado a introdução de conceitos, categorias e temáticas advindas de realidades não indígenas. Este conhecimento, ainda que seja pretendido e justificado pelas mulheres, pois conforme explicita uma liderança feminina “o que nos dá esta missão é a nova convivência com o mundo de fora”, precisa ser questionado a partir desta “tradução” de conceitos, do campo acadêmico para o das ONGs e destes para o universo das mulheres indígenas.

Deve-se igualmente considerar as implicações das “parcerias” e “alianças” das mulheres com organismos não governamentais e os programas de desenvolvimento oficiais, incluindo os efeitos das ações empreendidas em termos de capacitação principalmente nas relações internas dos grupos indígenas. Todos estes fatores têm influenciado as relações no interior das comunidades, como provocado a reorganização de suas estratégias de luta na busca por reconhecimento e legitimidade.

A variabilidade de formas políticas, alianças e propósitos diferenciados assumidos pelas modalidades contemporâneas de representação política devem ser, portanto, incorporados na compreensão da experiência organizativa das mulheres indígenas. Estes projetos também devem ser apreciados sob o prisma das trajetórias específicas de contato e das diferenciadas condições de diálogo entre sociedade envolvente e povos indígenas. Além disso, é preciso perceber as mulheres indígenas como agentes e sujeitos potenciais nesse processo.

A ênfase nas trajetórias das mulheres indígenas, líderes comunitárias ou assumindo cargos em organizações, é fundamental para entender os valores próprios de seu gênero que facilitam ou dificultam a sua experiência no mundo da política. O que elas propõem é a difícil tarefa da possibilidade da diferença combinada com a proposta de igualdade de direitos políticos. Desta forma, a legitimação étnica acionada no convívio estabelecido com a sociedade nacional e internacional, a reivindicação de etnicidade, só pode ser melhor entendida sob a ótica de gênero.

Bibliografia

- BARTOLOMÉ, Miguel A. 1996. "El Derecho a la existencia cultural alterna." In ZARUR, G. C. L. (org.): *Etnia e nação na América Latina*, v.1, n.44. Washington: Organização dos Estados Americanos.
- CASTILLO, Rosalva Hernández. 2002. *Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico: las mujeres indígenas y sus demandas de género*. México.
- CAVALCANTE, Olendina C. 1997. *Migração e gênero: mulheres indígenas em Manaus*. (Monografia de especialização em Antropologia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas.
- CRENSHAW, Kimberlé. 2002. "Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero". *Estudos Feministas*, 10(1). Florianópolis: CFH/CCE/UFSC.
- CUSICANSQUI, Silvia Rivera. s/d. "Los desafíos para una democracia étnica y genérica en los albores del tercer milenio". In *Ser mujer indígena, chola ou birlocha em la Bolivia postcolonial de los años 90*.
- MATOS, Maria Helena. 1997. *O Processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980)*. (Dissertação de mestrado em Antropologia). Brasília: UnB.
- MEENTZEN, Angela. 2001. *Extrategias de desarrollo culturalmente adecuadas para mujeres indígenas* (versión preliminar). Unidad de Pueblos Indígena y Desarrollo Comunitario, Departamento de Desarrollo Sostenible. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo.
- MELO, Maria Auxiliadora S. 1997. *Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro residentes em Manaus – AMARN: organização política e identidade étnica*. (Monografia de especialização em Antropologia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas.
- MOSER, Caroline. 1991. "La planificación de género en el Tercer Mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género". In GUSMAN, V.; PORTO-CARRERO, P.; VARGAS, V. (orgs.): *Una nueva lectura: género en el desarrollo*. Lima: Flora Tristán, Entre Mujeres.
- SCHRÖDER, Peter. 1998. *Participação e envolvimento de comunidades indígenas*. Fortaleza. (estudo para o PPTAL)
- SIMIÃO, Daniel Schroeter. 2002. "Itinerários transversos: gênero e o campo das organizações não governamentais no Brasil". In ALMEIDA, H. *et alii* (coords.): *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista: CDAPH.

Documentos

- Estatuto da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima*. 1999. Boa Vista.
- Estatuto da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro Nuniã Kurá*. s/d. Manaus.

Oficina de Capacitação e Discussão sobre Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas. 2002. Brasília: Fundação Nacional do Índio.

Relatório do I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. 2002. Manaus: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

Relatório do II Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. 2003. Manaus: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

Anexo

Organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira

Associação das Artesãs Poranga do Dabaru (AAPD)

Associação das Mulheres Indígenas de Assunção do Içana (AMAI)

Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro (AMARN)

Associação das Mulheres Indígenas Artesãs de Bom Caminho (AMIABC)

Associação de Mulheres Indígenas Bakairi (AMIB)

Associação de Mulheres Indígenas do Baixo Içana (AMIBI)

Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Iauareté (AMIDI)

Associação das Mulheres Indígenas Kambeba (AMIK)

Associação de Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA)

Associação de Mulheres Indígenas do Médio Purus (AMIMP)

Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões (AMIMS)

Associação de Mulheres Indígenas Pare (AMIP)

Associação das Mulheres Indígenas de Pari Cachoeira

Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé (AMISM)

Associação de Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT)

Associação das Mulheres Pareci (AMP)

Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT)

Associação dos Produtores de Artesanato e das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão (APAMINKTAJ)

Movimento das Mulheres Indígenas Munduruku e Sateré Mawé (MMIMS)

Organização Geral de Mulheres Indígenas Ticunas do Alto Solimões (OGMITAS)

Organização das Mulheres Indígenas Mura do Rio Urubu (OMIMRU)

Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR)

União das Mulheres Artesãs Indígenas (UMAI)

União das Mulheres Indígenas do Rio Aiari (UMIRA)

Departamentos de mulheres indígenas

Departamento de Mulheres Indígenas da Associação Indígena de Barcelos (DMI/ASIBA)

Departamento de Mulheres Indígenas da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (DMIAB/COIAB)

Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro (DMIRN/FOIRN)

Departamento de Mulheres Indígenas Tapajós e Arapiuns (DMI/CITA)

Departamento de Mulheres da União das Nações Indígenas da UNI-TEFÉ

Outras organizações de mulheres indígenas

Associação das Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista (AMICOP)

Associação das Mulheres Pataxó

Comissão de Mulheres Indígenas do Leste (COMIL)

Comitê Intertribal de Mulheres Indígenas em Alagoas (COIMI)

Conselho Nacional das Mulheres Indígenas (CONAMI)